



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA

Daniela Martins Pereira

**PAPEL PREDITOR DO AJUSTAMENTO  
CONJUGAL E INFLUÊNCIA DE  
VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS E  
FAMILIARES NA COPARENTALIDADE  
EM FAMÍLIAS COM FILHOS NA ESCOLA**

**VOLUME 1**

**Dissertação no âmbito do Mestrado em Psicologia Clínica e da  
Saúde, subespecialização Psicoterapia Sistémica e Familiar,  
orientada pela Professora Doutora Madalena de Carvalho e  
apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação  
da Universidade de Coimbra.**

Outubro de 2020

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de  
Coimbra

PAPEL PREDITOR DO AJUSTAMENTO CONJUGAL E  
INFLUÊNCIA DE VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS E  
FAMILIARES NA COPARENTALIDADE EM FAMÍLIAS  
COM FILHOS NA ESCOLA

Daniela Martins Pereira

VOLUME 1

Dissertação no âmbito do Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde, subespecialização  
Psicoterapia Sistémica e Familiar, orientada pela Professora Doutora Madalena de Carvalho e  
apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Outubro de 2020



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA

## Agradecimentos

---

“Aqueles que passam por nós não vão sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós.”  
(Antoine de Saint-Exupéry, O Príncipezinho)

À minha orientadora, Professora Doutora Madalena de Carvalho, pela paciência, confiança e apoio que deu ao longo deste ano bastante atribulado.

Ao professor Bruno de Sousa pela sua disponibilidade, atenção e carinho, foi sem dúvida uma ajuda fundamental, principalmente na análise estatística.

A todos os sujeitos que gentilmente participaram nesta investigação. Sem eles nada disto seria possível.

Às minhas companheiras de tese, Andreia Pereira e Tatiana de Jesus, pelo apoio, ajuda e principalmente pela compreensão. Andreia, o teu trevo de quatro folhas deu-nos mesmo sorte. Juntas conseguimos!

Aos meus amigos, aqueles que sempre me acompanharam e que de uma forma direta ou indireta contribuíram para a elaboração do presente estudo, mais não seja por me ouvirem, nos momentos menos fáceis. Não vos vou identificar individualmente para não correr o risco de me esquecer de alguém (o cansaço é grande), mas vocês sabem bem quem são. Agora sim posso pagar os cafés em atraso, mas com um de cada vez e a dois metros de distância.

À Daniela Veiga, a minha “madrinha” de coração, por toda a paciência, auxílio e conselhos que me deu ao longo destes anos.

À minha Alexandra, a melhor companheira de curso e de casa que me podia ter aparecido. Foste, sem dúvida, o melhor que Coimbra me deu e levo-te comigo para a vida.

À minha melhor amiga que sempre acreditou em mim e me incentiva, constantemente, a ser a melhor versão de mim mesma. Sabes bem que és como uma irmã para mim e, por favor, continua com essa paciência enorme para me aturar. Adoro-te muito meu bacalhauzinho.

À minha prima Andreia, outra irmã de coração, por todos os cafés em Coimbra e pela enorme compreensão e carinho com que me diz as coisas. Sem ti aí Coimbra não tinha tanto encanto.

Aos meus fiéis amigos de quatro patas, companheiros de longa data, que este ano viraram estrelinhas. Sei que estão aos pulos de alegria por mim e prometo que vocês ficarão para sempre não só no meu coração como na minha pele.

Ao meu pai... sei que ficarias orgulhoso e hoje a tua estrela vai brilhar ainda mais.

Ao Hélder por mostrar à minha mãe que é possível curar, ou pelo menos atenuar, certas feridas e pela paciência que tem para nos aturar. Sabemos que não é fácil.

Ao meu namorado por todo o apoio e força que me tem dado ao longo destes cinco anos. Este ano, em particular, foi muito desafiante para ti, para nós, mas superámos e aprendemos que temos mesmo que aproveitar a vida porque, de um momento para o outro, não somos ninguém. Estou e estarei aqui para ti!

Aos meus avós, por todo o amor, carinho, compreensão e por todos os ensinamentos que me deram e dão, todos os dias. Quando crescer quero ter uma relação como a vossa. Ao fim de 48 anos de casamento, esse olhar de ternura que dão um ao outro, enche os meus dias de alegria. Garanto que todas as pessoas eram bem mais felizes se tivessem pessoas como vocês ao lado.

E porque dizem que os últimos são os primeiros, um enorme obrigada à pessoa mais importante da minha vida. Ainda que não admitas, somos iguaizinhas e é por isso que, por vezes (muitas vezes), acabamos por nos chatear, mas, lá no fundo, se não fosse assim, a vida não teria a mesma graça. És, juntamente com os avós, a luz da minha vida e tenho um orgulho desmedido em ti. Devo-te tudo mãe! Por mais que tente, não há palavras para agradecer tudo o que fizeste e fazes, diariamente, por mim. És uma Mulher com M. grande, uma lutadora, uma guerreira e uma vencedora. (Vá, deixa lá cair essa lágrima, não precisas de ser forte o tempo inteiro). Amo-te muito galinhinha.

A todos vocês um enorme obrigada. Cada um, à sua maneira, tem um lugarzinho especial no meu coração.

Papel preditor do ajustamento conjugal e influência de variáveis sociodemográficas e familiares na coparentalidade em famílias com filhos na escola

## Resumo

---

A presente investigação tem como principal objetivo compreender de que modo é que determinadas variáveis sociodemográficas e familiares bem como o ajustamento conjugal podem influenciar as perceções da coparentalidade, em famílias com filhos em idade escolar. Partindo destas premissas, realizou-se um estudo empírico que contou com a participação de 177 mães portuguesas, com idade compreendida entre os 25 e os 55 anos ( $M=39.05$ ,  $DP=5.49$ ) e pertencentes a famílias nucleares intactas ou a famílias monoparentais.

Os dados foram recolhidos através do método de inquérito, em formato *online* ou em papel, e seguiram um processo de seleção de amostragem por conveniência com recurso ao método bola-de-neve. Atendendo ao tema da nossa investigação, optou-se por analisar três dos seis instrumentos que constituíam o protocolo inicial: o Questionário Sociodemográfico, de Dados Familiares e Complementares, o Questionário de Coparentalidade - QC (Pedro & Ribeiro, 2008) e a Escala de Ajustamento Mútuo – DAS (Lourenço & Relvas, 2003).

Com base nos três modelos de regressão múltipla efetuados, é possível afirmar que algumas dimensões do ajustamento conjugal apresentam-se como bons preditores da coparentalidade, em famílias nucleares intactas.

Atendendo à falta de literatura relativa à influência de algumas variáveis na coparentalidade, o atual estudo visa motivar novas leituras e intervenções nesta área, impulsionando a necessidade de futuras investigações que analisem, por exemplo, a coparentalidade do ponto de vista do pai-homem.

Palavras chave: coparentalidade, ajustamento conjugal, famílias com filhos na escola, número de filhos, estrutura familiar

## Abstract

---

The present research has as its main objective to understand how certain sociodemographic and family variables as well as marital adjustment can influence the perceptions of coparenting, in families with school-age children. Based on these premises, an empirical study was conducted with the participation of 177 Portuguese mothers, aged between 25 and 55 years old ( $M = 39.05$ ,  $SD = 5.49$ ) that belong to intact nuclear families or to single parent families.

The data were collected through the inquiry method, in online or paper format, and followed a sample selection process for convenience using the snowball method. Attending the theme of our investigation, we chose to analyze three of the six instruments that constituted the initial protocol: the Sociodemographic, Questionnaire or Family and Complementary Data, the Coparenting Questionnaire - QC (Pedro & Ribeiro, 2008) and the Mutual Adjustment Scale - DAS (Lourenço & Relvas, 2003).

Based on the three multiple regression models performed, it is possible to affirm that, in intact nuclear families, some dimensions of marital adjustment are good predictors of coparenting.

Given the lack of literature on the influence of some variables on coparenting, the current study aims to motivate new readings and interventions in this area, that could drive the need for future investigations to analyze, for example, coparenting from the point of view of the father-man.

*Key Words:* coparenting, marital adjustment, families with school-age children, number of children, family structure

# Índice

---

<b>Introdução</b> .....	1
<b>I – Enquadramento conceitual</b>	
1.1 Família.....	3
1.2 Conjugalidade.....	4
1.3 Transição para a parentalidade.....	5
1.4 Coparentalidade.....	7
1.5 Família com filhos na escola.....	8
1.6 (Co) Parentalidade e conjugalidade.....	9
1.7 Co (Parentalidade) em famílias monoparentais.....	12
<b>II - Objetivos</b>	
1. Objetivos da investigação.....	14
2. Modelo conceitual.....	14
<b>III – Metodologia</b>	
3.1. Critérios da amostra.....	15
3.2. Caraterização da amostra.....	15
3.3. Instrumentos.....	17
3.3.1. Questionário Sociodemográfico, de Dados Familiares e Complementares.....	17
3.3.2. Questionário de Coparentalidade (QC; Pedro e Ribeiro, 2008).....	18
3.3.3 Escala de Ajustamento Mútuo (EAM) (versão portuguesa: Carvalho Lourenço e Relvas, 2003).....	18
3.4. Procedimentos de investigação.....	19
3.5. Procedimentos estatísticos.....	20
3.5.1. Características psicométricas dos instrumentos.....	20
3.3.2. Tratamento de dados.....	22
<b>IV – Resultados</b> .....	23
<b>V – Discussão</b> .....	34
Implicações, Limitações do Estudo e Sugestão de Estudos Futuros.....	37
<b>VI – Conclusão</b> .....	39
<b>Bibliografia</b> .....	41

## Introdução

---

“Conheça todas as teorias, domine todas as técnicas, mas ao tocar uma alma humana,  
seja apenas outra alma humana”  
(Carl Jung)

Se é verdade que, enquanto objeto de estudo, a coparentalidade, tem vindo, nas últimas décadas, a ser alvo de maior interesse, não é menos verdade que as investigações já existentes possam ser consideradas primárias.

Embora a conjugalidade seja contemplada em diversos estudos pela relação que estabelece com a coparentalidade, o mesmo não acontece com determinadas variáveis sociodemográficas e familiares. Concretamente, alguns fatores que podem ter repercussões no relacionamento coparental, ainda, não mereceram a atenção devida.

Em virtude disso, a revisão de literatura efetuada abrangeu um reduzido número de investigações científicas que se dedicaram, por exemplo, à procura de uma relação direta entre o género de filhos e a coparentalidade ou à comparação da perceção da relação coparental nas diversas estruturas familiares. A escassez deste tipo de estudos estende-se aos realizados com famílias portuguesas.

Porém, numa sociedade em evolução que apresenta cada vez mais desafios aos casais, aos pais e, conseqüentemente, às famílias, considera-se extremamente interessante tentar compreender as potencialidades e as dificuldades do relacionamento coparental na família contemporânea, acreditando que a vivência da coparentalidade pode ser algo bastante impactante tanto no funcionamento familiar como no desenvolvimento dos filhos (Feinberg et al., 2012).

Neste sentido, a presente dissertação visa perceber se variáveis sociodemográficas e familiares contribuem para diferenças significativas na coparentalidade e/ou no ajustamento conjugal, averiguar se o ajustamento conjugal influencia as perceções da coparentalidade e, ainda, comparar as perceções de coparentalidade em famílias nucleares intactas e em famílias monoparentais.

Ainda que seja expectável verificar a influência de algumas variáveis sociodemográficas e familiares, principalmente no ajustamento conjugal, indo ao encontro do defendido por vários autores (Biehle & Mickelson, 2012; Carter & McGoldrick, 1995; Matias et al., 2011), de facto, o carácter exploratório deste estudo, na população portuguesa, confere uma moldura de expectativas e um cenário alargado de possibilidades.



Espera-se que esta investigação possibilite uma melhor compreensão do fenómeno complexo que é a coparentalidade e represente um importante contributo para o desenvolvimento futuro de outros estudos que possam despoletar conhecimento útil e aplicável ao exercício da psicologia.

## Enquadramento Teórico

---

### 1.1. Família

“A família é como os galhos de uma árvore que crescem em diferentes direções, mas mantêm a mesma raiz”  
(Autor desconhecido)

Família, algo tão simples e, ao mesmo tempo, tão complexo. Todos nós nos atrevemos a dar palpites sobre este tema, mas será que conseguimos dizer muito mais do que “*família é família, é a nossa família*” ou “*é o lugar onde nascemos*”? De acordo com Relvas (1996) “talvez porque demasiado próxima de todos e de cada um, a família, como entidade, apresenta-se como realidade pouco palpável, quase invisualizável” (p. 9). Ainda assim, vamos tentar compreender melhor o que é que a literatura nos diz sobre este tema.

Para Alarcão (2006) a família é um lugar privilegiado para o desenvolvimento de determinadas aprendizagens significativas de interação, sendo a linguagem, a comunicação, o amor e a sexualidade algumas delas, “numa trama de emoções e afetos positivos e negativos que, na sua elaboração, vão dando corpo ao sentimento de sermos quem somos e de pertencermos àquela e não a outra qualquer família” (p. 35). Mas a pergunta mantém-se. O que é, afinal, uma família?

Numa perspetiva sistémica, a família é considerada um sistema, descrito por Sampaio e Gameiro (1985) como “um conjunto de elementos ligados por um conjunto de relações, em contínua relação com o exterior e mantendo o seu equilíbrio ao longo de um processo de desenvolvimento, percorrido através de estádios de evolução diversificados” (pp. 11-12). Este grande sistema familiar é constituído por diversos integrantes, denominados subsistemas, com funções diferentes, porém ligados entre si (Alarcão, 2006). Entre os vários subsistemas, encontram-se o conjugal e o parental, sobre os quais nos pronunciaremos mais adiante.

Enquanto sistema, segundo Bateson (1987), a família é um todo, uma vez que é constituída por vários elementos e, ao mesmo tempo, é uma parte já que está integrada noutros sistemas mais latos, como a comunidade, por exemplo. Este autor defende que os indivíduos e a família co-evoluem no seu processo de formação e evolução. Assim, de um ponto de vista desenvolvimental, tal como os humanos, que nascem, vivem e depois morrem, também a família tem o seu próprio curso de vida, designado por ciclo vital da família.

Relvas (1996) define este ciclo como uma “sequência previsível de transformações na organização familiar, em função de tarefas bem definidas” (p. 16) e defende que o desenvolvimento familiar se relaciona com as mudanças da família, enquanto grupo, mas, também com as alterações individuais dos seus membros. Deste modo, é possível afirmar que a vida familiar é pautada por certos acontecimentos mais significativos, geradores de alguma instabilidade e desequilíbrio momentâneos, aos quais os seus membros têm de dar resposta de forma a atingir uma nova organização (Sampaio & Gameiro, 1985).

Apesar de existirem mais do que uma proposta na literatura sobre o ciclo de vida da família, distintas entre si, nomeadamente no que diz respeito ao número de etapas, o fator que determina o início deste ciclo é comum à maioria dos modelos. E esse fator é o casal!

## 1.2. Conjugalidade

“Todos nós sabemos que a intimidade é essencial para a vida. Todos nós já o sentimos. Às vezes de tal forma que desejamos ficar «juntos para sempre».”

(Carvalho Lourenço)

De acordo com Relvas (1996), o casal surge quando duas pessoas se comprometem numa relação que pretendem que se prolongue no tempo. Desde modo, viver em casal inaugura o subsistema conjugal e, conseqüentemente, dá-se início a uma nova família.

Ainda que esta família seja constituída por duas pessoas, na realidade dela fazem parte três elementos – o eu, o tu e o nós (Alarcão, 2006), uma vez que o casal emerge da união de duas pessoas que têm uma identidade e história particulares, mas que, juntos, pretendem construir a sua própria identidade e história de vida conjugal. Nesta dinâmica, pautada pela existência de duas individualidades e uma conjugalidade, podemos assumir que os casais têm uma aritmética própria, onde  $1+1=3$ .

Determinadas transformações, ocorridas nos anos 70, como o aumento da escolarização, a entrada da mulher no mercado de trabalho e, conseqüente, crescimento da sua autonomia e o desenvolvimento científico, particularmente ao nível de métodos contraceptivos, marcaram uma rutura ao nível da conjugalidade, abalando o “típico modelo da família ocidental”. Nesta linha de pensamento, contrariamente ao que acontecia no passado, onde era mantida principalmente por razões de sobrevivência e linhagem e caracterizada por fortes desigualdades de género, nos dias de hoje a

conjugalidade pode ser partilhada com o ser escolhido e amado e encarada quase como sinónimo de amor, afeto e intimidade.

Deste modo, é um facto que, nas últimas décadas, em todo o mundo se vivenciaram importantes alterações nos padrões de nupcialidade e conjugalidade (Adams, 2004). E Portugal não é exceção. Em 50 anos as mudanças foram bastante significativas, destacando-se a diminuição do número de casamentos, a ampliação do casamento civil em detrimento do religioso, o acentuado incremento do divórcio, o considerável crescimento do número de nascimentos fora do casamento e o desenvolvimento de “novas formas de família”, como a união de facto (Relvas & Alarcão, 2007).

Ainda que a união de facto não seja uma opção conjugal recente no nosso país, na realidade, nos últimos anos, tem aumentado notavelmente tanto em número, passando, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, de cerca de 381 mil em 2001 para 730 mil em 2011 (Gabinete de Censos do INE, 2011) como em visibilidade, começando a generalizar-se como uma situação alternativa ao casamento. Efetivamente, de um modo geral, nos dias de hoje, as sociedades industriais ocidentais, têm cada vez menos pessoas casadas e mais pessoas a viver em união de facto do que num passado recente (Adams, 2004).

### **1.3. Transição para a parentalidade**

“Não só nasceu um novo bebé, como também uma nova família”  
(Kitzinger, 1980)

Tendo em consideração o conceito de ciclo vital da família, a transição para a parentalidade tem sido encarada como uma das mudanças mais importantes pela qual o sistema familiar pode atravessar (Lee & Doherty, 2007).

O nascimento do primeiro filho origina inúmeras mudanças na vida do casal e a sua relação, até aí pautada pela conjugalidade, entra numa nova dimensão, a da parentalidade. Este momento em que duas pessoas se transformam em pais, desencadeia uma série de modificações na estabilidade do sistema familiar, surgindo com o novo subsistema (parental) “novas funções, novas tarefas e um conjunto de reorganizações relacionais, intra e inter-familiares bem como inter-sistémicas” (Alarcão, 2006, p.131). Uma vez que esta situação implica grandes alterações e adaptações a novos papéis, rotinas e responsabilidades e é bastante impactante tanto na vida pessoal como familiar dos novos pais, Relvas (1996) defende que o nascimento do primeiro

filho é o acontecimento-chave que propicia a transição para uma nova fase da família.

Apesar de poder ser considerado um acontecimento normativo, o nascimento do primeiro filho não é vivenciado da mesma forma por todos os indivíduos, implicando (re)organizações diferentes na vida materna e paterna, e exigindo uma distinta adaptação (Moura-Ramos, 2006). Deste modo, devido às exigências que implica, por exemplo no que diz respeito à prestação de cuidados e às várias reorganizações (a nível individual, conjugal, familiar e, muito provavelmente, profissional), pode ser encarado, pelos novos pais, como um momento de *stress* e alguma tensão (Canavarro & Pedrosa, 2005). É importante salientar que, perante esta situação cada família reage de modo diferente, por esse motivo, mais do que encararmos o nascimento do primeiro filho como um momento de crise, é fundamental perceber qual é a perceção e avaliação que aquela família, em específico, tem do mesmo.

Neste processo de transição para a parentalidade, tradicionalmente, o papel da mulher era o mais estudado, até porque a gravidez implica, desde logo, mudanças a curto prazo, não só a nível físico, mas também psicológico, provenientes, comumente, do elevado peso que a nossa sociedade dá à maternidade. Todavia, nos últimos anos, em função das transformações sociais, culturais e familiares ocorridas, o conceito e a vivência da paternidade têm sido alvo de profundas reflexões e investigações científicas (Lamb, 2000). De facto, o papel do pai atravessou um período de diversas mudanças (Benczik, 2011), o que motiva a que a literatura recente destaque a importância do envolvimento paterno para a saúde desenvolvimental e o bem-estar dos filhos (Wilson & Prior, 2011). Assim, se antes o progenitor ficava mais alheio às questões da parentalidade, deixando, inclusive, a educação dos filhos a encargo da mulher, nos dias de hoje espera-se que exista uma verdadeira cooperação entre os dois elementos do par parental.

#### **1.4. Coparentalidade**

“É uma pena que os filhos não tenham conhecido os seus pais quando estes eram jovens: quando eram amorosos, se cortejavam e se mostravam mutuamente amáveis. Quando as crianças já têm idade suficiente para observar, o romance parece ter desaparecido ou ter-se ocultado”.

Virgínia Satir

Intimamente ligado à conjugalidade e à parentalidade, encontra-se o conceito de coparentalidade, alvo de uma crescente investigação nas últimas

décadas. Segundo Margolin e colaboradores (2001), é através do estabelecimento de uma relação coparental que os pais negociam os seus respetivos papéis e responsabilidades com o intuito de atender às necessidades dos seus filhos.

Enquanto construto multidimensional, e de acordo com o modelo proposto pelos autores supramencionados, é possível destacar três dimensões da coparentalidade: *cooperação*, *triangulação* e *conflito* (Margolin et al., 2001). A primeira, considerada o elemento-chave para uma aliança coparental eficaz, reflete o quanto o par parental se apoia, valoriza e respeita, mutuamente, ao mesmo tempo que avalia o grau de concordância com a (com)partilha das responsabilidades parentais. A *triangulação* está relacionada com a formação de uma coligação intergeracional, entre um dos progenitores e o filho, que visa excluir e/ou enfraquecer o outro elemento do par parental. Por último, *o conflito* diz respeito ao nível de discórdia existente entre os pais em relação às várias temáticas da parentalidade. Esta dimensão pode ser caracterizada pela quantidade, frequência e severidade com que ocorrem desentendimentos relacionados, por exemplo com a educação dos filhos ou com determinadas questões domésticas (Margolin et al., 2001).

Para Feinberg (2002), a coparentalidade refere-se “à forma como os pais trabalham juntos no seu papel de pais” (p.173), o que não significa que os papéis parentais tenham que ser equivalentes em termos de autoridade e responsabilidade para se ter uma relação coparental de qualidade. O grau de investimento e participação varia de caso para caso e depende dos intervenientes, os quais são influenciados amplamente pelo contexto cultural e social em que estão inseridos.

Dois anos mais tarde, Talbot e McHale (2004) ampliam o conceito de coparentalidade, defendendo que esta pode ser exercida por dois ou mais adultos que colaboram para o desenvolvimento de uma criança pela qual todos são responsáveis. Nesta linha de pensamento, a definição proposta por Van Egeren e Hawkins (2004) parece fazer mais sentido uma vez que, para estes autores, “uma relação de coparentalidade existe quando se espera, em comum consenso ou por normas sociais, que pelo menos dois indivíduos tenham responsabilidade conjunta pelo bem-estar de uma criança em particular” (p. 166). Sendo assim, a coparentalidade implica, no mínimo, uma criança e dois adultos, não necessariamente um casal ou o par parental, podendo ser aplicada a qualquer configuração familiar, independentemente da condição civil ou orientação sexual dos intervenientes.

Ainda que possa ser, frequentemente, posicionada entre a relação conjugal e a parental, na realidade, a coparentalidade constitui um subsistema autónomo, com mecanismos e características próprias, distintas dos dois primeiros (Lamela et al, 2010). Este subsistema inclui os valores, os ideais e as expectativas que os adultos direcionam às crianças e engloba o mútuo envolvimento nos cuidados, na educação e na tomada de decisões sobre a vida dos filhos (Feinberg, 2003).

Ao longo do desenvolvimento destes últimos, a coparentalidade vai sofrendo algumas alterações de modo a conseguir adaptar-se às mudanças e exigências, resultantes dessa evolução (Augustin & Frizzo, 2015).

### **1.5. Família com filhos na escola**

“A educação é um processo que continua ao longo de toda a vida, mas os pilares estão na educação da família e da escola”.

Andrea Ramal

A escola, uma vez que simboliza um espaço que envolve uma grande variedade de atividades, regras, conhecimentos e valores, constitui um contexto essencial e bastante diversificado para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças (Mahoney, 2002). Deste modo, a entrada dos filhos na escola representa o primeiro grande teste da família em relação ao cumprimento da sua função externa de socialização e adaptação da criança à cultura, avaliada pela capacidade que a mesma demonstra no convívio com os outros e, conseqüentemente, da sua função interna de promoção da autonomia e individualidade, impostas à criança na relação com este novo sistema (Alarcão, 2006). Por outras palavras, podemos afirmar que esta terceira etapa do ciclo vital, família com filhos na escola, corresponde ao primeiro momento de avaliação para os pais da sua capacidade de desempenharem as funções parentais.

De acordo com Alarcão “tanto a família como a escola têm a obrigação de educar a criança, isto é, de ajudá-la a desenvolver-se na sua tripla dimensão bio-psico-social” (p.155), por isso, é essencial que a relação entre estes dois sistemas se desenvolva numa base de cooperação e complementaridade (Alarcão, 2006).

Ainda assim, sem dúvida que esta é a primeira crise de desmembramento que a família tem de enfrentar, considerando que a entrada na escola implica, a nível interno, uma maior separação e autonomização dos filhos e, em termos externos, e como dissemos anteriormente, o início de um

novo relacionamento com outro sistema. Em função disso, esta nova fase e o momento crítico que a acompanha tanto pode originar uma oportunidade de crescimento como um impasse no desenvolvimento familiar e individual, dos vários membros da família (Alarcão, 2006). Tudo depende da reação da mesma aos novos desafios e consequentes tarefas que são impostas nesta etapa e que se relacionam, principalmente, com o saber lidar com a separação e autonomia dos filhos.

### **1.6. (Co) Parentalidade e conjugalidade**

“Uma criança é uma granada.

Quando temos um bebé, desencadeamos uma explosão no nosso casamento.

Quando o pó assenta o casamento está diferente do que era.”

(Nora Ephron)

Ainda que seja possível articularem-se entre si em prol de um maior ajustamento harmonioso, tanto a conjugalidade como a parentalidade têm o seu próprio ciclo de vida, desenvolvendo-se num determinado espaço e num certo tempo (Alarcão, 2006). E, embora a primeira possa ser alvo de interferências por parte das exigências da segunda, é extremamente importante que a conjugalidade não seja anulada nem ocultada pela parentalidade (Alarcão, 2006).

Na generalidade da literatura consultada, o período de transição para a parentalidade tem sido, fortemente, associado a um declínio da satisfação geral dos casais. Como dissemos anteriormente, o nascimento do primeiro filho implica diversas mudanças na vida e na relação do casal, associadas, por exemplo, com a divisão das tarefas domésticas e com a partilha dos cuidados que este novo elemento necessita (Biehle & Mickelson, 2012). Quando estas alterações ao nível da parentalidade não estão satisfeitas, há uma tendência maior para a existência de conflitos entre o casal e, consequentemente, a satisfação conjugal diminui (Christopher et al., 2015).

Porém, aquando do nascimento do primeiro filho, nem todos os casais reportam um declínio na qualidade do relacionamento conjugal, existindo quem identifique a existência de algumas melhorias (Belsky & Rovine, 1990). Considerando este ponto de vista, Shapiro e colaboradores (2000) defendem que, nesta fase, tanto existem mulheres que experienciam um declínio ao nível da satisfação conjugal como mulheres que relatam estabilidade nesse âmbito.

Quando a experiência da parentalidade é percecionada de modo mais positivo, pode existir um aumento da motivação para se ter outro filho (Matias



et al., 2011). Nos casos em que isso acontece, o nascimento do segundo filho determina uma fase de expansão da família, sendo classificado como qualitativamente diferente do processo do nascimento do primeiro filho (Pereira & Piccinini, 2007). Nesta etapa, a complementaridade e a cooperação entre o par parental tornam-se ainda mais fundamentais na construção de um novo equilíbrio familiar.

Evidências empíricas defendem que o número de filhos é um fator impactante na satisfação conjugal. Segundo Carter e McGoldrick (1995), a sobrecarga de trabalho ocasionada pelos cuidados que mais um bebê exige pode comprometer o tempo que o casal disponibiliza para si e, como consequência, ameaçar a intimidade conjugal. Desde modo, a generalidade dos estudos sobre esta temática, partindo do pressuposto que a presença de filhos modifica a dinâmica da relação entre cônjuges, sustenta que quanto maior for o número de filhos, menor será a satisfação conjugal.

Esta conjectura, possivelmente, está relacionada com o facto das exigências a nível de tempo, de energia e, mesmo, monetárias, o que pode constituir uma fonte de *stress* e de tensão para o casal, aumentarem consoante o aumento do número de filhos (Marini, 1980). Portanto, e de acordo com o apresentado por Lee e Doherty (2007), nas famílias que têm dois ou mais filhos, o envolvimento e a satisfação conjugal podem ser, severamente, comprometidos.

Ainda que os homens, hoje em dia, possam estar mais empenhados nas tarefas da parentalidade, estudos recentes afirmam que as mães continuam a despende mais tempo do que os pais no desempenho das mesmas (Biehle & Mickelson, 2012). Considerando que, no nosso país, o modelo de famílias de duplo emprego é bastante frequente, o facto de as progenitoras dedicarem grande parte do seu tempo a realizarem tarefas domésticas e trabalhos relacionados com a prestação de cuidados, pode traduzir-se num acumulo de tarefas que, por sua vez, pode constituir uma fonte de *stress*.

Os mesmos autores defendem que um maior envolvimento paterno, correlaciona-se com um decréscimo do *stress* materno e, conseqüentemente, com uma diminuição ao nível do conflito (Biehle & Mickelson, 2012). Já em 1983, Bahr e colaboradores defenderam que quando a divisão das tarefas e responsabilidades parentais é compartilhada, consensualmente, há uma maior propensão para o desenvolvimento de um relacionamento íntimo satisfatório. Por outras palavras, podemos dizer que a existência de consenso se encontra associada a uma maior satisfação conjugal.

Mas, afinal o que é que é a satisfação conjugal? De acordo com Ahmadi e colaboradores (2010) este conceito pode ser “apenas um reflexo de quanto as pessoas estão felizes no seu casamento, ou pode ser uma composição da satisfação em várias facetas específicas do relacionamento conjugal” (p. 682). Esta avaliação subjetiva que o indivíduo faz da sua relação é fundamental para a qualidade e estabilidade da mesma (Li & Fung 2011). Deste modo, é compreensível que a satisfação conjugal seja um dos principais preditores implicados no estudo da construção e manutenção da conjugalidade (Bradbury et al., 1996). Neste sentido, casais com níveis mais elevados de satisfação estão menos sujeitos a ver a sua relação terminar em divórcio (Bradbury et al., 1996).

Segundo Olson (2000), enquanto fator de suporte, a coesão pode ser definida como “a ligação emocional que os casais e os membros da família têm uns para com os outros” (p.145). Relativamente à conjugalidade, podemos dizer que níveis equilibrados de coesão são indicadores de um relacionamento conjugal mais saudável, caracterizado pela existência de um sentimento de proximidade afetiva ainda que o casal possa manter a sua dependência. Deste modo, a coesão encontra-se, fortemente, associada a uma maior satisfação conjugal, podendo contribuir para uma resolução mais eficaz de problemas e para a existência de baixos níveis de conflito (Mosmann & Wagner, 2008).

Na literatura, um relacionamento conjugal satisfatório encontra-se, positivamente, associado a vários aspetos da saúde mental, do bem-estar e de uma parentalidade equilibrada (Claxton & Perry-Jenkins, 2008). Porém, não é só a parentalidade que influencia a conjugalidade, ambas se influenciam mutuamente. Deste modo, também, a qualidade da relação conjugal pode exercer uma forte ação ao nível das atitudes parentais (Braz & Dessen, 2000).

Segundo Lee e Doherty (2007), o envolvimento e a satisfação conjugal parecem contribuir para uma maior satisfação parental e, conseqüentemente, para uma parentalidade mais positiva e equilibrada. Assim, a satisfação parental transcende o bem-estar com o papel parental, envolvendo, além da esfera conjugal, dimensões no campo pessoal, familiar e social.

Ainda sobre as questões parentais, podemos dizer que a coparentalidade, enquanto dimensão relevante no desenvolvimento dos filhos, essencialmente desde a infância até a adolescência (Teubert & Pinquart, 2010), atua como um fator interveniente entre o relacionamento conjugal e a parentalidade. Como vimos anteriormente, a cooperação e colaboração entre o par parental podem influenciar tanto a satisfação conjugal como parental, ao

mesmo tempo que influenciam a maneira como os pais interagem com os filhos (Margolin et al., 2001).

Mesmo nas famílias em que existe um divórcio, as questões da parentalidade e o relacionamento com os filhos são afetadas pelo tipo de relação que os ex-cônjuges mantém (Grzybowski & Wagner, 2010). De acordo com estes autores, é importante que os dois elementos do par parental consigam manter um relacionamento harmonioso entre si, para que possam desfrutar de uma relação coparental mais satisfatória.

### **1.7. Co (Parentalidade) em famílias monoparentais**

“O problema, não é o problema. O problema é a atitude em relação ao problema.”  
(Kelly Young)

No nosso país, há muito tempo que o divórcio deixou de ser um fenómeno de exceção para tornar-se num acontecimento bastante presente no quotidiano das pessoas, o que originou um acentuado incremento do número de famílias monoparentais (Instituto Nacional de Estatística, Pordata, 2020).

De acordo com Alarcão (2006), esta tipologia familiar refere-se às “famílias onde a geração dos pais está apenas representada por um único elemento” (p. 214). Com as suas particularidades desenvolvimentais decorrentes da presença de um só membro do par parental, a mesma autora defende que, comumente associadas a esta estrutura familiar, podem existir dificuldades ao nível da conjugalidade, da parentalidade e algumas problemáticas identificatórias.

Relativamente às primeiras, é possível afirmar que a ausência do subsistema conjugal afeta as potencialidades que o mesmo pode ter quando está presente na vida familiar. Deste modo, o suporte emocional no que diz respeito à resolução de determinadas problemáticas, a comunicação e sentimentos relacionados com individualidade e pertença podem ser severamente comprometidos (Alarcão, 2006). No plano parental, as principais dificuldades prendem-se com a impossibilidade da partilha de tarefas e com a inexistência de suporte associado à complementaridade de papéis, bastante útil na difícil tarefa que é educar. Por último, as problemáticas identificatórias reportam-se à possível dificuldade sentida pelo filho, do mesmo sexo do elemento do par parental ausente, de construir a sua própria identidade, devido à falta de um modelo de identificação e ao facto de a ausência de um dos pais poder ser percebida, pelo menor, como uma diferença em relação aos seus

colegas ou “como uma falha que nada, nem ninguém, parece ser capaz de colmatar” (Alarcão, 2006, p.214).

Quando a monoparentalidade decorre de uma rutura conjugal, as tarefas são acrescidas uma vez que, de acordo com a literatura existente, uma das grandes dificuldades aquando do divórcio passa pelos dois adultos conseguirem separar conjugalidade e parentalidade (Carter & McGoldrick, 1995). Estes autores salientam que os recém-separados enquanto casal, permanecem ligados pelos laços parentais, devendo continuar a partilhar a tarefa de educar os filhos. Nestas situações, é necessário (re) definir os papéis e as regras parentais (Alarcão, 2006), o que pode ter implicações diretas no relacionamento coparental.

Segundo Maccoby e colaboradores (1990), após o divórcio, podem surgir três subtipos de padrões ao nível da coparentalidade: cooperativo, conflituoso e *disengaged*. No primeiro, os pais procuram isolar os seus conflitos das suas funções parentais, ao mesmo tempo que se empenham para que a sua relação tenha como base a cooperação. Por esse motivo, pode ser considerado o subtipo ideal de uma relação coparental. Quando o padrão conflituoso está presente, o relacionamento e a comunicação entre os elementos do par parental são pautados pelo elevado nível de conflito e desrespeito existente. Nestes casos, os pais discutem com bastante frequência e podem, inclusive, fazer ameaças que envolvem os filhos. Já na coparentalidade *disengaged*, apesar de continuarem a estar envolvidos na vida dos filhos, os progenitores não comunicam entre si, praticando, assim, uma parentalidade paralela. Por outras palavras, neste subtipo de relacionamento o nível de conflito é baixo uma vez que cada um participa na educação dos filhos ao seu estilo e conforme os seus valores e ideais.

Ainda que tenhamos optado por enfatizar a questão do divórcio, é importante clarificar que as famílias monoparentais podem decorrer de outras situações que não a rutura conjugal, nomeadamente do falecimento de um dos cônjuges e da opção de se ser pai ou mãe solteiro/a, incluído, neste último aspeto, os processos individuais de adoção.

## II. Objetivos

Após a revisão da literatura, e assumindo que determinadas variáveis familiares e sociodemográficas podem afetar tanto o ajustamento conjugal como a coparentalidade, o presente estudo pretende explorar esse impacto.

De modo a aprofundar e orientar a nossa investigação, definiram-se como objetivos específicos:

(1) Perceber se variáveis sociodemográficas (*género do filho e idade de cada elemento do par parental*) e familiares (*número de filhos*) contribuem para diferenças significativas nas dimensões da coparentalidade - *cooperação, conflito e triangulação* - em famílias nucleares intactas;

(2) Verificar se as mesmas variáveis sociodemográficas e familiares, na mesma estrutura familiar, contribuem para a existência de diferenças significativas tanto no ajustamento conjugal, como nas suas várias subescalas (*consenso mútuo, satisfação mútua, coesão mútua e expressão afetiva*);

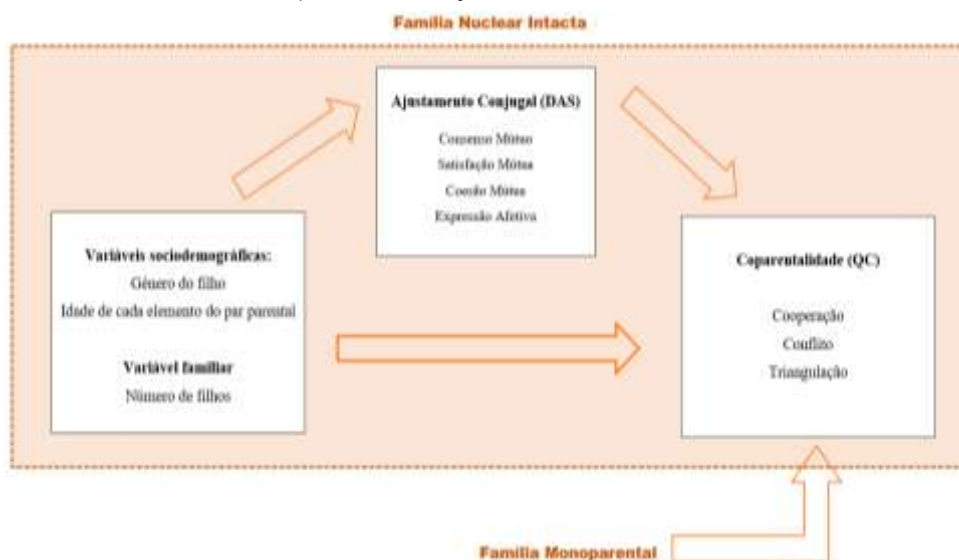
(3) Averiguar se o ajustamento conjugal (*consenso mútuo, satisfação mútua, coesão mútua e expressão afetiva*); influencia as perceções da coparentalidade (*cooperação, conflito e triangulação*) em famílias nucleares intactas;

(4) Comparar as perceções de coparentalidade em famílias nucleares intactas e famílias monoparentais;

A representação do modelo conceitual (Figura 1) pretende auxiliar a leitura e compreensão dos construtos em estudo, permitindo ter uma visão sobre a possível forma como se relacionam.

**Figura 1**

*Modelo conceitual hipotético das relações entre as variáveis em estudo*



Papel preditor do ajustamento conjugal e influência de variáveis sociodemográficas e familiares na coparentalidade em famílias com filhos na escola

## III. Metodologia

---

### 3.1. Critérios da amostra

Para participar neste estudo, era necessário que o respondente tivesse, no mínimo 20 anos, fosse pai ou mãe, de crianças entre os 7 e os 11 anos de idade, e integrasse um destes três tipos de estrutura familiar - família nuclear intacta, família monoparental ou família adotiva.

Uma vez que somente 12 pais-homens responderam ao protocolo optou-se por os excluir da amostra. Assim, a nossa amostra é constituída apenas por mães.

### 3.2. Caracterização da amostra

A amostra utilizada no presente estudo, cujas características principais se encontram patentes na Tabela 1, é constituída por 177 mães, residentes em Portugal. A idade das respondentes varia entre os 25 e os 55 anos, situando-se a média nos 39,05 anos (DP = 5.49). No momento do preenchimento do protocolo, a grande maioria das participantes tinha, como habilitações literárias, o 12º ano (39%) ou licenciatura (35%), encontrava-se empregada (88,7%) e mais de metade são casadas (55,4%).

No que diz respeito ao nível socioeconómico, é possível constatar que a amostra é composta, maioritariamente, por mães que consideram que o rendimento do seu núcleo familiar se enquadra num nível socioeconómico médio (53,1%).

Analisando características da família dos sujeitos da amostra, verifica-se que a maior parte das mães tem 2 filhos (n=94) e que a vasta maioria (76,3%) pertence a uma família nuclear intacta.

Os filhos-alvo, nos quais as mães se focaram para responder ao protocolo, encontram-se em idade escolar, tendo entre 7 e 11 anos, com uma média de idades de 9,10 anos (DP=1,462). Das 177 crianças, 78 (44,1%) são do sexo feminino e 92 (52%) do sexo masculino, existindo uma percentagem de não resposta de 4%.

Relativamente aos pais-homens constata-se que as suas idades estão compreendidas entre os 25 e 60 anos, com uma média de 41,61 anos e um desvio-padrão de 6,304. A grande maioria (91%) encontra-se empregado e, ao nível das habilitações literárias, destaca-se que 37,3% dos pais apresentam frequência do ensino secundário, 27,1% do 9º ano e 21,5% completaram uma licenciatura (ver Tabela 2).

**Tabela 1**  
*Estatísticas Sociodemográficas da Amostra*

Variáveis	Categorias	n	%
Faixa etária	25-34	31	17,5
	35-39	62	35,0
	40-44	58	32,8
	igual ou superior a 45	26	14,7
Habilitações	1ºCiclo do ensino básico (4ºano)	1	0,6
	2ºCiclo do ensino básico (6ºano)	5	2,8
	3ºCiclo do ensino básico (9ºano)	18	10,2
	Ensino secundário (12ºano)	69	39,0
	Literárias	Licenciatura	62
	Mestrado	17	9,6
	Doutoramento	2	1,1
	Pós-graduação	3	1,7
Situação Profissional	Desempregada	20	11,3
	Empregada	157	88,7
Estado Civil	Solteira	19	10,7
	União de Facto	34	19,2
	Casada	98	55,4
	Separada	8	4,5
	Divorciada	18	10,2
Nível Socioeconómico	Baixo	26	14,7
	Médio Baixo	43	24,3
	Médio	94	53,1
	Médio alto	14	7,9

**Tabela 2**  
*Estatísticas de Dados Familiares e Complementares da Amostra*

Variáveis	Categorias	n	%
Estrutura Familiar	Família Nuclear Intacta	135	76,3
	Família Monoparental	42	23,7
Número de Filhos	1	52	29,4
	2	94	53,1
	3 ou +	31	17,5
Idade do Filho sobre o qual responde	7	34	19,2
	8	37	20,9
	9	24	13,6
	10	41	23,2
	11	41	23,2
Género do Filho	Masculino	92	52,0
	Feminino	78	44,1
	Sem resposta	7	4,0

Papel preditor do ajustamento conjugal e influência de variáveis sociodemográficas e familiares na coparentalidade em famílias com filhos na escola

Faixa etária do Pai	25-34	15	8,5
	35-39	52	29,4
	40-44	56	31,6
	igual ou superior a 45	53	29,9
	<i>Missing</i>	1	0,6
Habilitações Literárias do Pai	1ºCiclo do ensino básico (4ºano)	2	1,1
	2ºCiclo do ensino básico (6ºano)	18	10,2
	3ºCiclo do ensino básico (9ºano)	48	27,1
	Ensino secundário (12ºano)	66	37,3
	Licenciatura	38	21,5
	Mestrado	1	0,6
	Doutoramento	2	1,1
Situação Profissional do Pai	Outra	2	1,1
	Desempregado	14	7,9
	Pensionista	1	0,6
	Reformado	1	0,6
	Empregado	161	91,0

### 3.3. Instrumentos

O presente estudo envolve um protocolo constituído por seis instrumentos, selecionados no âmbito de um projeto de investigação mais lato intitulado “Novas Paternidades. Estudo Transcultural de Perceções sobre Parentalidade, Conjugalidade e Família”.

Para além das três escalas inframencionadas, este protocolo inclui a versão reduzida do Inventário de Envolvimento Paterno (IEP), a versão experimental do Questionário de Aceitação-Rejeição Parental (PARQ- Pais) (Versão Reduzida) e a Escala de Avaliação da Comunicação na Parentalidade, versão pais (COMPA-P), que não serão alvo de estudo tendo em consideração os objetivos desta investigação.

#### 3.3.1. Questionário Sociodemográfico, de Dados Familiares e Complementares

Este instrumento, especificamente desenvolvido com o intuito de caracterizar a amostra deste estudo, encontra-se dividido em três partes. Na primeira parte, constituída por oito questões, pretende-se obter alguma informação, acerca do perfil do respondente, como o género, idade, país e zona de residência, escolaridade, situação profissional, profissão que desempenhou durante mais tempo e estado civil. A segunda contempla questões semelhantes sobre o cônjuge/companheiro/a e/ou pai/mãe do filho/a do sujeito participante. A terceira parte visa a recolha de informação



considerada essencial e relevante em função da temática em estudo e inclui questões como a estrutura familiar, número de filhos e idade sobre o qual a pessoa vai responder, gozo da licença parental e constituição do agregado familiar.

### **3.3.2. Questionário de Coparentalidade (QC; Pedro e Ribeiro, 2008)**

O Questionário de Coparentalidade (QC), desenvolvido por Pedro e Ribeiro em 2008, corresponde à adaptação portuguesa do *Coparenting Questionnaire* (CQ), criado, em 2001, por Gayla Margolin, Elana Gordis e Richard John, com o intuito de avaliar a percepção que os pais têm um do outro enquanto elementos do subsistema parental. Os 14 itens, que constituem este instrumento, de hetero-relato, são cotados numa escala tipo *Likert* de cinco pontos e encontram-se agrupados em três dimensões distintas que permitem estudar a coparentalidade – *cooperação, triangulação e conflito*.

A primeira pretende avaliar o quanto o par parental partilha as suas responsabilidades e se apoia, valoriza e respeita mutuamente. A segunda está relacionada com o grau em que um dos pais estabelece uma aliança com o filho que possa excluir ou menosprezar o outro progenitor ou, até mesmo, colocar em causa a sua autoridade parental. Por último, a terceira dimensão permite compreender o nível de desacordo existente entre os pais no que diz respeito a assuntos relacionados com a parentalidade e o quão se desvalorizam reciprocamente. Uma relação coparental mais adaptativa tenderá a apresentar níveis mais elevados na dimensão *Cooperação* e níveis mais baixos na *Triangulação e Conflito*.

Semelhante à escala original, a versão portuguesa apresenta níveis satisfatórios de consistência interna nas três dimensões avaliadas, com valores do alfa de *Cronbach* situados entre 0.71 e 0.88, para ambos os pais (Pedro & Ribeiro, 2015).

### **3.3.3. Escala de Ajustamento Mútuo (EAM) (versão portuguesa: Carvalho Lourenço e Relvas, 2003)**

A *Dyadic Adjustment Scale* (DAS), é um inventário de autorresposta desenvolvido por Graham B. Spanier, em 1976, com o objetivo de avaliar o ajustamento conjugal, encarado como um processo de mudança que possui uma dimensão qualitativa que pode variar entre bem e mal ajustado (Spanier, 2001, citado em Lourenço, 2006). Os trinta e dois itens, que constituem este

instrumento, encontram-se divididos em quatro subescalas - *consenso mútuo*, *satisfação mútua*, *coesão mútua* e *expressão afetiva*.

A primeira pretende analisar a percepção individual do grau de concordância entre o casal tendo em consideração um conjunto de questões relacionadas, por exemplo, com dinheiro, religião, amizades, atividades de lazer e tarefas domésticas. A segunda averigua a tensão existente e o compromisso para a continuação da relação conjugal. A terceira subescala, relacionada com a partilha emocional, permite compreender os interesses comuns e as atividades partilhadas pelo casal. Por sua vez, a *expressão afetiva* avalia a satisfação do indivíduo nos domínios da sexualidade e da expressão de afeto na relação.

À exceção dos itens 29 e 30 que envolvem uma resposta dicotómica (sim/não), todos os outros são cotados através de uma escala de tipo *Likert* que possui entre 5 a 7 opções de resposta. A pontuação final pode oscilar entre 0 e 151 pontos e indica o grau de ajustamento da relação conjugal. Assim, resultados mais elevados sugerem a ausência de problemas e, conseqüentemente, um melhor ajustamento, contrariamente a pontuações mais baixas que revelam a existência de vulnerabilidades conjugais (Lourenço, 2006).

Este instrumento de avaliação, considerado um dos mais utilizados a nível mundial, quer no contexto clínico como na investigação (Lourenço, 2006), foi adaptado e validado, para Portugal, por Carvalho Lourenço e Relvas, em 2003. Intitulado Escala de Ajustamento Mútuo (EAM), manteve os 32 itens definidos originalmente, distribuídos pelas quatro subescalas, e apresenta uma boa consistência interna quer na escala total, com um coeficiente de *Cronbach* de 0.93, como nas, respetivas, subescalas (Lourenço, 2006). Assim, podemos considerar que este instrumento é bastante pertinente para avaliar o ajustamento na relação conjugal na população portuguesa.

### **3.4. Procedimentos de Investigação**

Tendo em consideração os critérios de inclusão assumidos anteriormente, é possível afirmar que a recolha da amostra, realizada entre 20 de março e 21 de maio de 2020, pelo grupo de investigação e por todo o país, seguiu um processo de seleção de amostragem por conveniência através do método bola-de-neve (Marôco, 2011).

O protocolo em estudo, constituído por Questionário Sociodemográfico, de Dados Familiares e Complementares, QC, COMPA-P,

PARQ – versão pais, IEP e EAM, pode ser respondido pelos participantes, por esta ordem, em papel ou *online*, através do *software LimeSurvey*.

No primeiro caso, os protocolos de investigação foram entregues aos sujeitos dentro de um envelope aberto, preenchidos em formato não presencial e devolvidos no respetivo envelope selado, com o intuito de garantir o carácter confidencial da informação. Porém, em virtude da pandemia provocada pelo surto de COVID-19, a grande maioria dos protocolos foram respondidos em formato *online* (n=174).

Em ambos os casos, cada protocolo foi acompanhado de um consentimento informado, onde se apresentou sucintamente o projeto e as suas finalidades, transmitiu-se que a participação seria de carácter voluntário, podendo o participante desistir a qualquer momento se assim o desejasse.

Para além disso, informou-se, ainda, que as respostas recolhidas seriam tratadas globalmente e apenas para fins de investigação, existindo a oportunidade de contactar a investigadora principal, através do *e-mail* indicado no consentimento, se surgisse qualquer tipo de dúvida.

Assim, o anonimato e a confidencialidade dos dados foram cuidadosamente garantidos e respeitados.

### **3.5. Procedimentos Estatísticos**

No sentido de responder aos objetivos do presente estudo, após a recolha da amostra deu-se início à construção da base de dados, realizando uma primeira análise, com o intuito de excluir os protocolos que se encontravam preenchidos indevidamente.

Com a base de dados finalizada, procedeu-se à realização do tratamento estatístico com o recurso ao programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 22.0 para *Windows*.

É importante referir que, durante o processo de organização da base de dados, constatou-se a existência de alguns *missing values* que foram, posteriormente, substituídos recorrendo ao método *Expected Maximization* (maximização esperada).

#### **3.5.1. Características psicométricas dos instrumentos**

Os procedimentos estatísticos iniciais deste estudo incluem a análise da consistência interna dos instrumentos utilizados, tendo como base a amostra recolhida, de modo a garantir que os itens de cada escala e subescala permitem medir o mesmo construto (Pallant, 2005).

Relativamente ao Questionário de Coparentalidade, o cálculo do *alpha* de *Cronbach* para cada uma das três subescalas revelou uma boa consistência interna, destacando-se valores de *alpha* superiores ao da versão adaptada e validada para Portugal (Pedro e Ribeiro, 2008) nas subescalas *cooperação* e *conflito* (ver Tabela 3). Como é possível verificar, as respondentes obtiveram valores mais elevados na *cooperação* (19.32) e mais baixos na *triangulação* (5.46).

**Tabela 3**

*Estrutura Fatorial do Questionário de Coparentalidade (QC; Pedro e Ribeiro, 2008)*

Subescala	Itens	Média	Desvio Padrão	Alpha para mães (presente estudo)	Alpha para mães versão portuguesa
Cooperação	1, 2, 3, 4, 5	19,32	5,422	0,92	0,88
Triangulação	6, 7, 8, 9	5,46	2,518	0,83	0,85
Conflito	10, 11, 12, 13, 14	10,44	3,366	0,77	0,76

Os valores apresentados na Tabela 4 demonstram que existe uma correlação satisfatória entre os itens na Escala de Ajustamento Mútuo e a subescala correspondente, bem como uma boa consistência interna do instrumento, com valores de *alpha* muito semelhantes aos da versão adaptada e validada para Portugal (Carvalho Lourenço e Relvas, 2003).

**Tabela 4**

*Estrutura Fatorial da Escala de Ajustamento Mútuo (EAM-DAS) (Carvalho Lourenço e Relvas, 2003)*

Subescala	Itens	Média	Desvio Padrão	Alpha (presente estudo)	Alpha versão portuguesa
Consenso Mútuo	1, 2, 3, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15	51,82	7,25	0,89	0,89
Satisfação Mútua	16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 31, 32	37,89	5,30	0,77	0,81
Coesão Mútua	24, 25, 26, 27, 28	17,46	4,23	0,81	0,76
Expressão Afetiva	4, 6, 29, 30	9,21	2,05	0,65	0,67
Ajustamento Mútuo (escala total)	todos	116,37	16,05	0,93	0,93

### 3.5.2. Tratamento dos dados

Depois de realizado o estudo descritivo, apresentado anteriormente, procedeu-se à análise inferencial.

Tendo em consideração que a amostra é constituída por 177 participantes, optou-se pela realização de testes paramétricos uma vez que, segundo a teoria do Limite Central (Marôco, 2011), uma amostra superior a 30 sujeitos é considerada grande, sendo suficiente para assumir os pressupostos da normalidade da distribuição e a realização de testes paramétricos.

Face aos objetivos do presente estudo, para analisar a possível influência do *género do filho* na coparentalidade e no ajustamento conjugal recorreu-se ao teste de comparação de médias, *t de Student*, para amostras independentes. A mesma análise estatística foi utilizada para comparar as perceções da coparentalidade em famílias nucleares intactas e em famílias monoparentais. Relativamente à *idade de cada elemento do par parental* e ao *número de filhos*, enquanto variáveis com mais de duas categorias, optou-se por aplicar o teste *ANOVA one-way*. Em cada uma destas análises, o pressuposto da homogeneidade das variâncias foi aferido através da realização do Teste de *Levene*.

Para além disso, atendendo ao nosso intuito de averiguar se o ajustamento conjugal tem influência na percepção da coparentalidade, em famílias nucleares intactas, fez, particular, sentido utilizar o teste de regressão linear múltipla. Para tal, foi necessário testar, primeiramente, o pressuposto da normalidade dos resíduos, através de uma análise gráfica, e o pressuposto da multicolinearidade (*VIF – Variance Inflation Factor*), ambos cumpridos.

## IV. Resultados

### (1) Perceber se o género do filho, a idade de cada elemento do par parental e o número de filhos contribuem para diferenças significativas nas dimensões da coparentalidade, em famílias nucleares intactas.

Recorremos à subamostra das famílias nucleares intactas (n=135) para estudar o possível contributo da variável *género do filho* nas diferentes dimensões da coparentalidade. Para tal, aplicámos o teste *t de Student* para amostras independentes.

Os resultados desse teste, resumidos na Tabela 5, permitem-nos afirmar que não há diferenças estatisticamente significativas entre os valores obtidos pelas mães que responderam em relação aos filhos (*cooperação*: M=21,66 e DP=2,88; *conflito*: M=9,69; DP=2,88; *triangulação*: M=4,69 DP=1,15) e as que responderam em relação às filhas (*cooperação*: M=20,84; DP=4,36); *conflito*: M=9,64; DP=2,84; *triangulação*: M=4,88 DP=1,79).

Percecionando que os níveis de significância obtidos são superiores a 0.05, é fidedigno concluir que o *género do filho* não contribui para diferenças significativas nas perceções da coparentalidade.

**Tabela 5**

Teste *t* para amostras independentes: VI Género do Filho

Dimensão	Género do Filho	M	DP	Teste de Levene		Teste t para a igualdade das médias	
				Z	p	t	p (2-tailed)
Cooperação	Masculino (n=74)	21,66	2,88	7,69	0,01	1,23	0,22
	Feminino (n=56)	20,84	4,36				
Conflito	Masculino (n=74)	9,69	2,88	0,19	0,67	0,09	0,93
	Feminino (n=56)	9,64	2,84				
Triangulação	Masculino (n=74)	4,69	1,15	1,53	0,22	-0,72	0,47
	Feminino (n=56)	4,88	1,79				

De seguida, com o intuito de explorar se a variável *idade da mãe* era um fator impactante nas diferentes dimensões da coparentalidade, procedeu-se ao agrupamento da primeira variável em quatro categorias e, conseqüentemente, à análise da variância.

Tendo como base os resultados apresentados, na Tabela 6, podemos constatar que os níveis de significância são superiores a 0.05 nas três dimensões. Por esse motivo, na nossa amostra, a *idade da mãe* não contribui para diferenças significativas nas percepções da coparentalidade.

**Tabela 6 ANOVA:**

*VI: idade das mães*

				Teste de Levene	ANOVA		
Dimensão	Faixa Etária	M	DP	<i>p</i>	gl	Z	<i>P</i>
Cooperação	25-34 (n=20)	20,60	4,58	0,40	3	0,49	0,69
	35-39 (n=52)	21,60	3,26				
	40-44 (n=42)	21,33	3,37				
	≥45 (n=21)	20,81	3,88				
Conflito	25-34 (n=20)	8,70	3,67	0,20	3	0,19	0,90
	35-39 (n=52)	9,81	2,60				
	40-44 (n=42)	10,19	2,97				
	≥45 (n=21)	9,76	2,30				
Triangulação	25-34 (n=20)	4,65	2,23	0,97	3	1,24	0,30
	35-39 (n=52)	4,81	1,40				
	40-44 (n=42)	4,88	1,38				
	≥45 (n=21)	5,00	1,45				

Relativamente à *idade do pai* o procedimento foi o mesmo. Os dados obtidos, visíveis na Tabela 7, demonstram que esta variável, também, não contribui para que existam diferenças estatisticamente significativas nas percepções da coparentalidade.

**Tabela 7**

ANOVA: VI idade do pai

				Teste de Levene	ANOVA		
Dimensão	Faixa Etária	M	DP	<i>p</i>	gl	Z	<i>P</i>
Cooperação	25-34 (n=9)	19,67	6,10	0,03	3	0,65	0,58
	35-39 (n=41)	21,51	3,69				
	40-44 (n=49)	21,29	3,01				
	≥45 (n=36)	21,28	3,48				
Conflito	25-34 (n=9)	8,44	3,50	0,19	3	0,95	0,42
	35-39 (n=41)	9,54	3,19				
	40-44 (n=49)	9,92	2,65				
	≥45 (n=36)	10,11	2,57				
Triangulação	25-34 (n=9)	5,11	3,33	0,035	3	0,47	0,71
	35-39 (n=41)	4,61	1,09				
	40-44 (n=49)	4,92	1,55				
	≥45 (n=36)	4,92	1,32				

A análise da variância permitiu, ainda, explorar o possível contributo do *número de filhos* nas percepções da coparentalidade (Tabela 8).

**Tabela 8**

ANOVA: VI Número de Filhos

				Teste de Levene	ANOVA		
Dimensão	Número de Filhos	M	DP	<i>p</i>	gl	Z	<i>P</i>
Cooperação	1 (n=28)	21,86	2,46	0,08	2	0,68	0,51
	2 (n=80)	21,20	3,72				
	3 ou + (27)	20,74	4,18				

Papel preditor do ajustamento conjugal e influência de variáveis sociodemográficas e familiares na coparentalidade em famílias com filhos na escola



Conflito	1 (n=28)	9,29	2,81	0,85	2	0,51	0,60
	2 (n=80)	9,93	2,92				
	3 ou + (27)	9,74	2,80				
Triangulação	1 (n=28)	4,54	1,04	0,28	2	0,68	0,51
	2 (n=80)	4,91	1,46				
	3 ou + (27)	4,93	2,13				

Como se pode observar, os valores de significância obtidos são superiores a 0.05 nas três dimensões, o que nos ajuda a inferir que, na nossa amostra, a variável *número de filhos* não contribui para diferenças significativas nas percepções da coparentalidade.

**(2) Verificar se o género do filho, a idade de cada elemento do par parental e o número de filhos contribuem para diferenças significativas no ajustamento conjugal, em famílias nucleares intactas.**

Tal como no primeiro objetivo, começamos por utilizar o teste *t de Student* para amostras independentes, com a finalidade de analisar o possível contributo da variável *género do filho* tanto na escala global do ajustamento conjugal, como nas diversas subescalas.

Os dados presentes na Tabela 9 permitem-nos afirmar que, somente, se verificaram diferenças estatisticamente significativas na dimensão *expressão afetiva* ( $p=0,05$ ), onde as mães que responderam relativamente aos filhos pontuaram mais alto ( $M=9,59$ ;  $DP=1,91$ ) do que as que responderam em relação às filhas ( $M=8,88$ ;  $DP=2,05$ ).

As restantes dimensões obtiveram níveis de significância superiores a 0.05, demonstrando que o *género do filho* não contribui para diferenças significativas.

**Tabela 9**ANOVA: *Gênero do Filho e EAM*

				Teste de Levene		Teste t para a igualdade das médias	
Dimensão	Gênero do Filho	M	DP	Z	p	t	p (2-tailed)
Consenso Mútuo	Masculino (n=72)	52,24	6,65	2,26	0,14	0,63	0,53
	Feminino (n=56)	51,41	8,23				
Satisfação Mútua	Masculino (n=72)	38,33	5,45	0,54	0,46	0,76	0,45
	Feminino (n=56)	37,61	5,21				
Coesão Mútua	Masculino (n=72)	17,69	3,96	3,58	0,06	0,40	0,69
	Feminino (n=56)	17,38	4,65				
Expressão Afetiva	Masculino (n=72)	9,59	1,91	0,58	0,45	2,02	0,05
	Feminino (n=56)	8,88	2,05				
Ajustamento Conjugal	Masculino (n=72)	117,83	15,24	2,06	0,15	0,89	0,38
	Feminino (n=56)	115,28	17,38				

Uma vez mais, fizemos uso da análise da variância, com o intuito de perceber se a variável *idade da mãe* pode originar diferenças tanto na escala total como nas várias subescalas da Escala de Ajustamento Mútuo.

Os resultados desse teste estão patentes na Tabela 10: tal como aconteceu em relação à coparentalidade, a variável em estudo não contribui para diferenças nas dimensões em questão (*consenso mútuo*:  $p=0,31$ ; *satisfação mútua*:  $p=0,70$ ; *coesão mútua*:  $p=0,13$ ; *expressão afetiva*:  $p=0,22$ ; *ajustamento conjugal*:  $p=0,27$ ).

**Tabela 10**

ANOVA: idade da mãe e EAM

				Teste de Levene	ANOVA		
Dimensão	Faixa Etária	M	DP	<i>p</i>	gl	Z	<i>P</i>
Consenso Mútuo	25-34 (n=20)	54,10	7,97	0,06	3	1,20	0,31
	35-39 (n=51)	51,80	5,51				
	40-44 (n=42)	50,43	9,14				
	≥45 (n=20)	52,20	5,68				
Satisfação Mútua	25-34 (n=20)	38,80	5,24	0,99	3	0,48	0,70
	35-39 (n=51)	37,92	5,16				
	40-44 (n=42)	37,19	5,82				
	≥45 (n=20)	38,35	4,90				
Coesão Mútua	25-34 (n=20)	18,90	4,30	0,57	3	1,92	0,13
	35-39 (n=51)	17,96	3,93				
	40-44 (n=42)	16,69	4,53				
	≥45 (n=20)	16,35	4,37				
Expressão Afetiva	25-34 (n=20)	10,00	1,97	0,61	3	1,50	0,22
	35-39 (n=51)	9,14	2,02				
	40-44 (n=42)	8,86	2,16				
	≥45 (n=20)	9,40	1,88				
Ajustamento Conjugal	25-34 (n=20)	121,80	17,30	0,48	3	1,34	0,27
	35-39 (n=51)	116,82	13,99				
	40-44 (n=42)	113,17	19,07				
	≥45 (n=20)	116,30	12,18				

Resultados semelhantes foram obtidos quando a variável em análise foi a *idade do pai* (Tabela 11).

**Tabela 11**

ANOVA: idade do pai e EAM

Dimensão	Faixa Etária	M	DP	Teste de Levene	ANOVA		
				$p$	gl	Z	P
Consenso Mútuo	25-34 (n=9)	54,78	9,22	0,41	3	0,81	0,49
	35-39 (n=40)	50,80	8,39				
	40-44 (n=49)	52,16	5,95				
	≥45 (n=35)	51,57	7,06				
Satisfação Mútua	25-34 (n=9)	40,00	5,85	0,51	3	0,57	0,63
	35-39 (n=40)	37,43	5,80				
	40-44 (n=49)	37,81	4,51				
	≥45 (n=35)	37,97	5,76				
Coesão Mútua	25-34 (n=9)	18,89	4,62	0,68	3	0,50	0,68
	35-39 (n=40)	17,73	4,79				
	40-44 (n=49)	17,14	3,86				
	≥45 (n=35)	17,23	4,28				
Expressão Afetiva	25-34 (n=9)	9,44	3,05	0,17	3	0,34	0,80
	35-39 (n=40)	9,45	2,16				
	40-44 (n=49)	9,12	1,81				
	≥45 (n=35)	9,03	2,01				
Ajustamento Conjugal	25-34 (n=9)	123,11	21,07	0,22	3	0,58	0,63
	35-39 (n=40)	115,40	18,61				
	40-44 (n=49)	116,25	13,13				
	≥45 (n=35)	115,80	15,76				

Verificando que os níveis de significância encontrados são superiores a 0.05, é possível afirmar que, na nossa amostra, esta variável

sociodemográfica não contribui para que existam diferenças nas dimensões avaliadas.

O mesmo procedimento estatístico foi utilizado para explorar o possível contributo do *número de filhos* nas diversas dimensões do ajustamento conjugal (ver Tabela 12).

**Tabela 12**

ANOVA: Número de Filhos e EAM

Dimensão	Número de Filhos	M	DP	Teste de Levene	ANOVA		
				<i>p</i>	gl	Z	<i>P</i>
Consenso Mútuo	1 (n=28)	51,71	9,27	0,68	2	0,02	0,98
	2 (n=78)	51,72	6,81				
	3 ou + (27)	52,00	6,36				
Satisfação Mútua	1 (n=28)	37,68	4,97	0,38	2	0,30	0,75
	2 (n=78)	37,72	5,79				
	3 ou + (27)	38,59	4,27				
Coesão Mútua	1 (n=28)	17,75	4,02	0,46	2	0,12	0,89
	2 (n=78)	17,45	4,44				
	3 ou + (27)	17,19	4,26				
Expressão Afetiva	1 (n=28)	9,07	2,24	0,49	2	1,45	0,24
	2 (n=78)	9,06	2,04				
	3 ou + (27)	9,81	1,82				
Ajustamento Conjugal	1 (n=28)	116,21	18,37	0,81	2	0,10	0,90
	2 (n=78)	115,95	16,19				
	3 ou + (27)	117,59	13,73				

Idêntico ao que tem acontecido, na nossa amostra, o *número de filhos* não contribui para diferenças significativas nem na escala total (*ajustamento conjugal*:  $p=0,90$ ) nem nas várias subescalas (*consenso mútuo*:  $p=0,98$ ; *satisfação mútua*:  $p=0,75$ ; *coesão mútua*:  $p=0,89$ ; *expressão afetiva*:  $p=0,24$ ).

**(3) Averiguar se o ajustamento conjugal (*consenso mútuo, satisfação mútua, coesão mútua e expressão afetiva*) influencia as percepções da coparentalidade (*cooperação, conflito e triangulação*), em famílias nucleares intactas.**

Com o intuito de explorar o possível efeito preditor das várias dimensões do ajustamento conjugal na coparentalidade, como referido anteriormente, recorreremos a um modelo de regressão múltipla.

Em relação à *cooperação*, o modelo global apresentado de seguida explica 29.1% da variação total de respostas nesta dimensão, sendo assim considerado significativo ( $Z(4,133)=13,12, p=0,00$ ).

**Tabela 13**

*Coefficientes de Regressão: VD cooperação*

Modelo 1	Coeficientes Não Estandarizados		Coeficientes Estandarizados		P
	B	Erro Padrão	Beta	T	
(constante)	10,88	2,12		5,14	0,00
Consenso Mútuo	0,05	0,05	0,10	0,94	0,35
Satisfação Mútua	0,06	0,08	0,08	0,70	0,49
Coesão Mútua	0,37	0,08	0,44	4,38	0,00
Expressão Afetiva	-0,09	0,16	-0,05	-0,56	0,58

Analisando os dados patentes na Tabela 13, podemos constatar que o valor  $\beta$  positivo na *coesão mútua* é extremamente significativa ( $p<0,001$ ), revelando que esta dimensão é uma boa preditora da coparentalidade. Neste sentido, quando a *coesão* conjugal é elevada, há uma tendência para se verificarem maiores níveis de *cooperação* coparental.

As restantes dimensões do ajustamento conjugal obtiveram níveis de significância superiores a 0.05, o que nos leva a concluir que, na nossa amostra, não podem ser encaradas como preditores significativos da *cooperação*.

O modelo global presente na Tabela 14, considerado estatisticamente significativo ( $Z(4,133)=8,82 p=0,00$ ), exemplifica 21.6% da variação total das respostas na dimensão *conflito*.

**Tabela 14**

Coeficientes de Regressão: VD conflito

Modelo 1	Coeficientes Não Estandarizados		Coeficientes Estandarizados	T	P
	B	Erro Padrão	Beta		
(constante)	19,71	1,78		11,08	0,00
Consenso Mútuo	-0,12	0,05	-0,31	-2,67	0,01
Satisfação Mútua	-0,06	0,07	-0,11	-0,84	0,40
Coesão Mútua	0,02	0,07	0,04	0,34	0,73
Expressão Afetiva	-0,20	0,14	-0,14	-1,46	0,15

Das quatro subescalas do ajustamento conjugal, somente o valor  $\beta$  negativo no *consenso mútuo* é entendido como estatisticamente significativo ( $p < 0,05$ ). Deste modo, nas famílias nucleares intactas, quanto menor for o *consenso* entre o casal, maior poderá ser o nível de *conflito*.

O último modelo apresentado, também significativo ( $Z(4,133)=6,69$   $p=0,00$ ), justifica 17.3% da variação total das respostas na dimensão *triangulação*.

**Tabela 15**

Coeficientes de Regressão: VD triangulação

Modelo 1	Coeficientes Não Estandarizados		Coeficientes Estandarizados	T	P
	B	Erro Padrão	Beta		
(constante)	9,14	0,98		9,32	0,00
Consenso Mútuo	0,01	0,03	0,07	0,56	0,57
Satisfação Mútua	-0,11	0,04	-0,38	-2,96	0,00
Coesão Mútua	-0,00	0,04	-0,01	-0,08	0,93
Expressão Afetiva	-0,08	0,08	-0,11	-1,07	0,29

Observando a Tabela 15, verificamos que a única dimensão com resultado estatisticamente significativo é a *satisfação mútua* ( $p < 0,05$ ). Com o valor  $\beta$  negativo, é possível depreender que há uma maior tendência para a existência de *triangulação*, quanto menor for a *satisfação conjugal*.

**(4) Comparar as percepções de coparentalidade em famílias nucleares intactas e famílias monoparentais.**

Com o intuito de perceber se as percepções da coparentalidade diferem entre famílias nucleares intactas e famílias monoparentais, uma vez mais, optámos por realizar o teste *t de Student* para amostras independentes.

Com o auxílio da Tabela 16 é possível constatar que as famílias monoparentais, em comparação com as famílias nucleares intactas, revelam valores mais baixos na dimensão da *cooperação* e mais elevados no *conflito* e na *triangulação*.

**Tabela 16**

Teste *t* para amostras independentes: VI Estrutura Familiar

Dimensão	Estrutura Familiar	M	DP	Teste de Levene		Teste t para a igualdade das médias	
				Z	<i>p</i>	t	<i>p</i> (2-tailed)
Cooperação	Família Nuclear Intacta (n=135)	21,24	3,59	27,09	0,00	8,65	0,00
	Família Monoparental (n=42)	13,14	5,73				
Conflito	Família Nuclear Intacta (n=135)	9,76	2,86	6,61	0,01	-4,42	0,00
	Família Monoparental (n=42)	12,64	3,92				
Triangulação	Família Nuclear Intacta (n=135)	4,84	1,54	53,19	0,00	-4,47	0,00
	Família Monoparental (n=42)	7,48	3,75				

Deste modo, e considerando que os níveis de significância obtidos são inferiores a 0.05, é possível concluir que a *estrutura familiar* contribui para diferenças bastante significativas nas percepções da coparentalidade.



## V. Discussão

---

“Se os pais fossem perfeitos, se a mãe fosse a ideal, não seríamos capazes de viver, não teríamos força para viver. Somos capazes de viver porque os nossos pais têm falhas.”  
(Bert Hellinger)

Atendendo à crucial importância atribuída, nos últimos anos, à coparentalidade e procurando contribuir para o estudo da conjugalidade e da parentalidade, a presente investigação tem como principal objetivo compreender de que modo é que determinadas variáveis sociodemográficas e familiares bem como o ajustamento conjugal podem influenciar as perceções da coparentalidade, em famílias com filhos em idade escolar.

Tendo isso em consideração, nesta secção discutiremos os resultados obtidos em função da literatura sobre a qual incidiu a nossa pesquisa. Porém, antes de o fazermos, é importante realçar que a generalização e aplicação destas conclusões para a população geral devem ser realizadas com bastante cautela dado o cariz exploratório do nosso estudo.

Como mencionado anteriormente, são vários os fatores que exercem influência na forma como a coparentalidade se desenvolve no seio de cada família. Entre os quais, é possível destacar a qualidade conjugal, considerada, em múltiplos estudos nesta área, como a variável mais relacionada, diretamente, com a dinâmica coparental (Augustin, & Frizzo, 2015; Margolin et al., 2001; Christopher et al., 2015).

Corroborando essas investigações, encontram-se os resultados obtidos aquando da realização dos três modelos de regressão linear múltipla para cada uma das dimensões da coparentalidade. Em função das respostas dadas pelas 133 mães, pertencentes a famílias nucleares intactas, que responderam tanto ao Questionário de Coparentalidade como à Escala de Ajustamento Mútuo, podemos afirmar que, nesta estrutura familiar, um decréscimo na *satisfação conjugal* pode contribuir para o aumento da *triangulação* entre pais e filhos. A relação é semelhante quando se trata do *consenso* e do *conflito*, onde baixos níveis da primeira variável correspondem a valores mais elevados da segunda. Relativamente à *cooperação* coparental, podemos constatar que, na nossa amostra, está associada a uma *coesão* conjugal elevada.

Nesta linha de pensamento, é possível concluir que quando os casais apresentam um bom ajustamento conjugal, com perceções adequadas ao nível

do *consenso*, da *coesão* e da *satisfação*, há uma tendência, no âmbito da coparentalidade, para os valores do *conflito* e da *triangulação* baixarem e os da *cooperação* aumentarem. Segundo Christopher et al. (2015), um fraco ajustamento conjugal, poderá estar na origem da existência de mais conflitos entre o casal que, conseqüentemente, podem começar a triangular com os filhos.

Deste modo, os nossos resultados permitem-nos afirmar, tal como sustentado por Braz e Dessen (2000), que o ajustamento conjugal pode exercer uma forte ação ao nível das atitudes parentais. Diversos autores defendem que um relacionamento coparental adequado é diretamente afetado por boas relações conjugais (McHale, 1995; Shoppe-Sullivan et al., 2004; Van Egeren & Hawkins, 2004) uma vez que nos estamos a referir a famílias nucleares intactas o que faz com que, de um modo geral, as decisões que dizem respeito aos filhos sejam tomadas pela díade parental que é, também, a díade conjugal.

Ainda que a coparentalidade possa ser influenciada pela qualidade dos relacionamentos íntimos (Slatcher, 2010), na realidade, também ela tem efeitos importantes no desenvolvimento dos filhos, na medida em que uma relação coparental baseada na cooperação pode ser percecionada como um elemento fundamental para um funcionamento familiar saudável (Margolin, et. al., 2001; Frizzo, et. al., 2005; Lamela, et. al. 2010).

Na revisão de literatura efetuada percebe-se que a vasta maioria dos estudos enfatiza a relação entre coparentalidade e conjugalidade, não considerando a possível influência de determinadas variáveis sociodemográficas e familiares nas perceções de coparentalidade como alvo de análise, existindo, por isso, pouca informação sobre o tema.

A título de exemplo, a *idade de cada um dos elementos do par parental*, percecionada, no nosso ponto de vista, como um possível fator impactante na perceção do relacionamento coparental, atendendo às transformações sociais ocorridas nas últimas décadas, não foi analisada nas diversas investigações encontradas. Com uma tendência a existir uma partilha cada vez mais equilibrada face às tarefas domésticas e aos cuidados dos filhos, acreditava-se que os pais mais novos obtivessem níveis mais satisfatórios, tanto no âmbito da coparentalidade como do ajustamento conjugal. Contudo, contrariamente ao expectável, na nossa amostra, a *idade dos pais* não condiciona nenhuma dessas áreas familiares.

Relativamente à possível influência do *género do filho* no ajustamento conjugal, os nossos resultados indicam que, apenas, se verificaram diferenças estatisticamente significativas na *expressão afetiva*, onde as mães que

responderam sobre os filhos pontuaram mais alto do que as que responderam em relação às filhas. Considerando a inexistência de literatura sobre o tema e o facto do valor de significância obtido estar mesmo no limite ( $p=0,05$ ), estes dados não podem ser generalizáveis para a população.

Em relação ao possível impacto do *género do filho* na coparentalidade, é possível afirmar que, de acordo com Margolin e colaboradores (2001), a dimensão *triangulação* pode ser influenciada tanto pelo género dos filhos como pelo dos pais, destacando-se resultados mais elevados entre mães e filhos. Todavia, na investigação realizada não há evidências que o *género do filho* possa influenciar as percepções da coparentalidade.

Do mesmo modo, a variável *número de filhos* não contribuiu para a existência de diferenças significativas nem na coparentalidade nem no ajustamento conjugal. Dado considerado, por nós, bastante interessante tendo em conta o enquadramento concetual apresentado. Já em 1980, Marini concluiu que com o incremento do número de filhos, as exigências parentais, também, aumentam, principalmente ao nível de tempo e energia, o que pode comprometer a intimidade do casal (Carter & McGoldrick, 1995). Em conformidade com estes autores, em 2003, Twenge e colaboradores fundamentam que a presença de um ou mais filhos altera a dinâmica da relação de casal e, em 2007, Lee e Doherty, justificam que, nas famílias que têm dois ou mais filhos, o envolvimento e a satisfação conjugal podem ficar prejudicados, traduzindo-se num declínio da qualidade do ajustamento conjugal.

Desta forma, uma vez que a presença de filhos parece afetar a relação conjugal por ação da sobrecarga de tarefas domésticas e de cuidados (Biehle & Mickelson, 2012), principalmente para as mães (Matias et al., 2011), esperava-se que o *número de filhos* contribuísse para diferenças significativas no ajustamento conjugal e, conseqüentemente, na coparentalidade. Porém, não foi isso que aconteceu na nossa amostra.

Com o intuito de fundamentarmos os nossos resultados, é importante referir que, já em 1973, Figley considerou que o número de filhos não tem um impacto direto no ajustamento conjugal e, em 1992, Zuo demonstrou que a existência de filhos pode afetar tanto a interação como a felicidade conjugal, ainda que os efeitos, a curto prazo, evidenciem tendência a ser mais negativos e, a longo prazo, mais positivos. Para além disso, como referido anteriormente, as famílias não são todas iguais, e do mesmo modo que

algumas possam experienciar problemas no ajustamento conjugal, em função do *número de filhos*, outras podem reportar, inclusive, diversas melhorias (Belsky & Rovine, 1990).

Para finalizar, no presente estudo, chegou-se à conclusão que a *estrutura familiar* contribui para que existam diferenças bastante significativas nas perceções da coparentalidade, onde as famílias monoparentais, em comparação com as famílias nucleares intactas, demonstram níveis mais baixos na *cooperação* e mais elevados no *conflito* e na *triangulação*.

Ainda que, na revisão de literatura efetuada, os estudos sobre esta temática priorizem o estudo da coparentalidade no divórcio, como já mencionado, as famílias monoparentais podem decorrer de outras situações que não a rutura conjugal.

Nesta estrutura familiar, segundo Alarcão (2006), é, relativamente, comum que existam dificuldades relacionadas com a “impossibilidade de partilhar tarefas e de recorrer ao suporte que a complementaridade de papéis empresta à tarefa educativa que os pais assumem face aos filhos” (p.213). Deste modo, o facto de as mães provenientes de famílias monoparentais terem reportado valores inferiores na *cooperação* é bastante compreensível.

Além disso, os valores elevados obtidos pelas mesmas no *conflito* e na *triangulação*, também, têm fundamentação teórica. Em situações de monoparentalidade, frequentemente, um dos pais tenta criar uma aliança com o filho contra o outro elemento do par parental (Minuchin et al., 2009). Quando isso acontece, o *conflito* entre a díade parental tem tendência a crescer.

#### • **Implicações, Limitações do Estudo e Sugestão de Estudos Futuros**

“São as mudanças que permitem aos sábios sagrados alcançar as profundezas e agarrar as raízes de todas as coisas.”

(Wilhelm Reich)

Face ao atual contexto de pandemia, provocada pelo surto de COVID-19, que estamos a viver desde o início do ano, a vasta maioria dos sujeitos respondeu ao protocolo em formato *online*, o que influenciou o controlo das respostas e colocou, particulares, desafios ao acesso à população-alvo pretendida. Relativamente à primeira, podemos afirmar que várias pessoas responderam ao protocolo, apesar de não cumprirem os critérios de seleção, e outras não concluíram o seu preenchimento, o que inviabilizou a sua utilização

para o nosso estudo empírico. No que concerne à dificuldade em chegar a pais e a mães com filhos em idade escolar, contrariamente ao que pensámos inicialmente, em função do período de distanciamento social ampliado, não tivemos oportunidade de nos deslocar às escolas onde se poderia ter obtido, mais facilmente, um número maior de inquiridos. Contudo, coloca-se a hipótese de a recolha *online* ter possibilitado o alcance de participantes, que, de outra maneira, não seria possível.

Ainda que se tenha conseguido ter uma amostra, estatisticamente considerada grande, acredita-se que o facto de não haver hipótese de distribuir mais protocolos em papel impossibilitou a adesão de um maior número de participantes e contribuiu para a baixa participação de pais-homens. O facto de, somente, 12 pais-homens terem respondido ao protocolo levou-nos a optar por os excluir da amostra e, conseqüentemente, a descartar a utilização do Inventário de Envolvimento Paterno, o que constitui uma importante limitação da nossa investigação.

Neste sentido, estudos futuros devem contemplar uma amostra mais homogénea ao nível do género dos inquiridos, dada a crescente importância atribuída, nas últimas décadas, ao envolvimento paterno tanto ao nível do funcionamento familiar como das relações parentais, o que, certamente, poderá ter repercussões na coparentalidade.

Para além disso, importa destacar que, embora as mães tenham respondido ao protocolo relativamente a um filho que tem entre sete e onze anos, isso não quer dizer que aquela família está, obrigatoriamente, na terceira fase do ciclo vital, intitulada “família com filhos na escola”. Assim, para futuras investigações nesta área, poderá ser relevante que se analise, com mais rigor, em que etapa do ciclo vital familiar é que os participantes se encontram.

Interessa, também, mencionar que na presente investigação, ainda que se compare as perceções da coparentalidade em famílias nucleares intactas e em famílias monoparentais, não se estudou a razão da monoparentalidade. Nesta linha de pensamento, e acreditando que essas perceções possam diferir, por exemplo, em situações de divórcio ou caso se opte por se ser pai ou mãe solteiro/a, é fundamental que estudos futuros tenham isso em consideração.

Apesar de apresentarmos alguns resultados gerais pouco significativos, consideramos que este estudo exploratório contribui com dados importantes, principalmente ao nível da estrutura familiar, podendo ser um ponto de partida para posteriores investigações e com importantes implicações na prática clínica.

## Conclusão

---

“As pessoas são tão maravilhosas quanto o pôr-do-sol, se as deixar ser. Quando olho para um pôr-do-sol, não dou comigo a dizer «suavize o laranja um pouco no canto direito». Não tento controlar um pôr-do-sol. Eu assisto com admiração enquanto se revela.  
(Carl Rogers)

Constituindo um subsistema autónomo, com características próprias, a coparentalidade pode estar presente em todos os sistemas familiares, não existindo uma estrutura ideal ou um número certo de adultos para exercê-la de modo satisfatório. Desde que, pelo menos dois adultos, detenham responsabilidade sobre uma criança e consigam manter, entre si, uma relação baseada no apoio e na cooperação, é possível existir um relacionamento coparental saudável e adequado, independentemente da configuração familiar.

Num país onde a monoparentalidade tem aumentado substancialmente tanto em visibilidade como em número, principalmente entre o sexo feminino, representando cerca de 85% dos 459 mil agregados monoparentais existentes, no ano passado, em Portugal (Instituto Nacional de Estatística, Pordata, 2020) e face à escassez de literatura que se dedique ao estudo da influência de variáveis sociodemográficas e familiares como preditoras da coparentalidade, a realização deste estudo assemelha-se bastante pertinente.

A presente investigação visa compreender de que modo é que determinadas variáveis sociodemográficas e familiares bem como o ajustamento conjugal podem influenciar as perceções da coparentalidade, em famílias com filhos em idade escolar e comparar essas mesmas perceções em famílias nucleares intactas e em famílias monoparentais.

Ainda que não possam ser generalizados para a população, os resultados obtidos fornecem evidências de não existirem efeitos significativos do *número de filhos*, do *género* dos mesmos e da *idade de cada elemento do par parental*, na vasta maioria das subescalas analisadas quer no domínio da coparentalidade como do ajustamento conjugal.

Contrariamente às variáveis sociodemográficas e familiares em estudo, o ajustamento conjugal constitui um bom preditor da coparentalidade, em famílias nucleares intactas, na medida em que, nesses casos, níveis adequados na primeira dimensão estão associados, no âmbito da segunda, a valores inferiores no *conflito* e na *triangulação* e superiores na *cooperação*.

Para além disso, relativamente à estrutura familiar foi possível constatar que as famílias nucleares intactas reportam níveis mais elevados na *cooperação* e mais reduzidos na *triangulação* e no *conflito* em comparação com as famílias monoparentais.

Em virtude do crescente interesse da investigação científica pela coparentalidade, e numa altura em que os desafios impostos ao subsistema parental são cada vez mais, principalmente atendendo ao atual contexto de pandemia, provocada pelo surto de COVID-19, urge a necessidade de se compreender, mais profunda e detalhadamente, as potencialidades e as dificuldades das relações coparentais e que fatores é que as podem influenciar.

Deste modo, a continuação de investigação nesta área é fundamental, não só devido à ausência de literatura que estude o impacto de determinadas variáveis sociodemográficas e familiares na coparentalidade, mas, também, tendo em consideração que dados científicos mais consumados e obtidos com o rigor que se exige são altamente benéficos para a psicologia e intervenção clínica, neste caso, em especial, para terapia familiar, de casal e terapia do divórcio.

“Não sei por onde vou,  
Não sei para onde vou  
Só sei que não vou por aí!”  
(Cântico Negro, José Régio)

## Bibliografia

---

- Adams, B. N. (2004). Families and family study in international perspective. *Journal of Marriage and the Family*, 66, 1076-1088. <https://doi.org/10.1111/j.0022-2445.2004.00079.x>
- Alarcão, M. (2006). *(Des)Equilíbrios Familiares: Uma visão sistémica* (3rd ed.). Quarteto.
- Augustin, D., & Frizzo, G. B. (2015). A coparentalidade ao longo do desenvolvimento dos filhos: estabilidade e mudança no 1º e 6º Ano de Vida. *Interação em Psicologia*, 19(1).
- Bahr, S. J., Chappell, C. B., & Leigh, G. K. (1983). Age at marriage, role enactment, role consensus, and marital satisfaction. *Journal of Marriage and the Family*, 45(4), 795. <https://doi.org/10.2307/351792>
- Bateson, G. (1987). *Natureza e espírito*. Publicações D. Quixote.
- Belsky, J., & Rovine, M. (1990). Patterns of marital change across the transition to parenthood: Pregnancy to three years postpartum. *Journal of Marriage and the Family*, 52, 5-19.
- Benczik, E. B. P. (2011). A importância da figura paterna para o desenvolvimento infantil. *Revista Psicopedagogia*, 28(85), 67-75.
- Biehle, S. N., & Mickelson, K. D. (2012). First time parents's expectation about the division of childcare and play. *Journal of Family Psychology*, 26, 36-45.
- Bradbury, T. N., Beach, S. R. H., Fincham, F. D., & Nelson, G. (1996). Attributions and behavior in functional and dysfunctional marriages. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 64, 569-576.
- Braz, M. P., & Dessen, M. A. (2000). Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, 16(3), 221-231. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722000000300005>
- Braz, M. P., Dessen, M. A., & Silva, N. L. (2005). Relações conjugais e parentais: uma comparação entre famílias de classes sociais baixa e média. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(2), 151-161. <https://doi.org/10.1590/s0102-79722005000200002>
- Canavarro, M. C., & Pedrosa, A. (2005). Transição para a parentalidade - Compreensão segundo diferentes perspectivas teóricas. In I. Leal, *Psicologia da Gravidez e da Parentalidade*. Fim de Século Edições.



- Carter, B., & McGoldrick, M. (1995). *As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar* (2ª ed.). Artes Médicas.
- Claxton, A. & Perry-Jenkins, M. (2008). No fun anymore: Leisure and marital quality across the transition to parenthood. *Journal of Marriage and Family*, 70 (1), 28-43. doi: 10.1111/j.1741-3737.2007.00459.x
- Christopher, C., Umemura, T., Mann, T., Jacobvitz, D., & Hazen, N. (2015). Marital quality over the transition to parenthood as a predictor of Coparenting. *Journal of Child and Family Studies*, 24(12), 3636-3651. <https://doi.org/10.1007/s10826-015-0172-0>
- Feinberg, M. E. (2002). Coparenting and the transition to parenthood: a framework for prevention. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 5 (3), 173- 195.
- Feinberg, M. E. (2003). The Internal Structure and Ecological Context of Coparenting: A Framework for Research and Intervention. *Parenting*, 3(2), 95-131. [https://doi.org/10.1207/s15327922par0302\\_01](https://doi.org/10.1207/s15327922par0302_01)
- Figley, C. R. (1973). Child density and the marital relationship. *Journal of Marriage and the Family*, 35(2), 272. <https://doi.org/10.2307/350656>
- Grzybowski, L. S., & Wagner, A. (2010). Casa do pai, casa da mãe: a coparentalidade após o divórcio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(1), 77-87. <https://doi.org/10.1590/s0102-37722010000100010>
- Lamb, M. E. (2000). The history of research on father involvement: An overview. *Marriage & Family Review*, 29(2-3), 23-42. doi: 10.1300/J002v29n02\_03.
- Lamela, D., Nunes-Costa, R., & Figueiredo, B. (2010). Modelos teóricos das relações coparentais: revisão crítica. *Psicologia em Estudo*, 15(1), 205-216. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722010000100022>
- Lee, C. S., & Doherty, W. J. (2007). Marital satisfaction and fathers involvement during the transition to parenthood. *Fathering*, 5(2), 75-96. <https://doi.org/10.3149/fth.0502.75>
- Li, T., & Fung, H. (2011). The dynamic goal theory of marital satisfaction. *Review of General Psychology*, 15(3), 246-254. doi: 10.1037/a0024694
- Lourenço, M. M. C. (2006). *Casal: conjugalidade e ciclo evolutivo*. [Dissertação de doutoramento não publicada]. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Maccoby, E. E., Depner, C. E., & Mnookin, R. H. (1990). Coparenting in the second year after divorce. *Journal of Marriage and the Family*, 52(1), 141-155. <https://doi.org/10.2307/352846>

- Mahoney, A. A. (2002). Contribuições de H. Wallon para a reflexão sobre as questões educacionais. In V.S. Placco (Org.), *Psicologia & Educação: Revendo contribuições* (pp. 9-32). Educação.
- Margolin, G., Gordis, E. B., & John, R. S. (2001). Coparenting: A link between marital conflict and parenting in two-parent families. *Journal of Family Psychology*, 15(1), 3-21. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.15.1.3>
- Marini, M. M. (1980). Effects of the number and spacing of children on marital and parental satisfaction. *Demography*, 17(3), 225. <https://doi.org/10.2307/2061101>
- Marôco, J. (2011). *Análise estatística - Com utilização do SPSS*. Edições Sílabo.
- Matias, M., Silva, A., & Fontaine, A. M. (2011). Conciliação de papéis e parentalidade: efeitos de género e estatuto parental. *Exedra*, 5, 57-76.
- McHale, J. P. (1995). Coparenting and triadic interactions during infancy: The roles of marital distress and child gender. *Developmental Psychology*, 31(6), 985-996. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.31.6.985>
- Moura-Ramos, M., & Canavarro, M. C. (2007). Adaptação parental ao nascimento de um filho: Comparação da reatividade emocional e psicossintomatologia entre pais e mães nos primeiros dias após o parto e oito meses após o parto. *Análise Psicológica*, 3, 399-413. <https://doi.org/10.14417/ap.453>
- Olson, D. H., & DeFrain, J. (2003). *Marriages and Families, Intimacy, Diversity, and Strengths* (4ª ed.). McGraw-Hill.
- Pallant, J. (2005). *SPSS survival manual: A step by step guide to data analysis using the SPSS* (2nd ed.). Allen & Unwin.
- Pedro, M. F., & Ribeiro, M. T. (2015). Adaptação portuguesa do questionário de coparentalidade: Análise fatorial confirmatória e estudos de validade e fiabilidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28(1), 116-125. <https://doi.org/10.1590/1678-7153.201528113>
- Pereira, C. R., & Piccinini, C. A. (2007). O impacto da gestação do segundo filho na dinâmica familiar. *Estudos de Psicologia*, 24, 385-395.
- Relvas, A. P. (1996). *O Ciclo Vital da Família. Perspetiva sistémica*. Afrontamento.
- Relvas, A. P., & Alarcão, M. (2007). *Novas formas de família*. Quarteto Editora.
- Sampaio, D., & Gameiro, J. (1985). *Terapia familiar*. Edições Afrontamento.

- Shapiro, A. F., Gottman, J. M., & Carrère, S. (2000). The baby and the marriage: Identifying factors that buffer against decline in marital satisfaction after the first baby arrives. *Journal of Family Psychology*, 14, 59-70.
- Shope-Sullivan, S., Frosh, C, Mangelsdorf, S, & Machale, J. (2004). Associations between coparenting and marital behavior from infancy to the preschool years. *Journal of Family Psychology*, 18, 194-207. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.18.1.194>
- Slatcher, R.B. (2010). Marital functioning and physical health: implications for social and personality psychology. *Social and Personality Compass*, 4 (7), p. 455-469. <https://doi.org/10.1111/j.1751-9004.2010.00273.x>
- Teubert, D., & Pinquart, M. (2010). The association between coparenting and child adjustment: A meta-analysis. *Parenting: Science and Practice*, 10(4), 286-307. <https://doi.org/10.1080/15295192.2010.492040>
- Van Egeren, L. A., & Hawkins, D. P. (2004). Coming to terms with coparenting: implications of definition and measurement. *Journal of Adult Development*, 11 (3), 165-178.
- Wilson, K. R., & Prior, M. R. (2011). Father involvement and child well-being. *Journal of Pediatrics and Child Health*, 47(7), 405-407. <https://doi.org/10.1111/j.1440-1754.2010.01770.x>
- Zuo, J. (1992). The reciprocal relationship between marital interaction and marital happiness: a three-wave study. *Journal of Marriage and the Family*, 54, 870-878.